

PORTARIA Nº 1.062 DE 30 DE OUTUBRO DE 1989

(Publicada no Diário Oficial de 31/10/1989)

Esta Portaria deixou de ser aplicada a partir de 04/01/90, por força do Decreto nº 2.881/89, DOE de 19/10/89.

Disciplina a forma de cumprimento do Decreto nº 2.881, de 18/10/89 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a autorização contida no art. 7º do Decreto nº 2.881, de 18/10/89,

RESOLVE

Art. 1º Para efeito do disposto no Decreto acima referido o contribuinte deverá formalizar o pedido, através de requerimento dirigido:

I - ao Subgerente (Inspetor Fazendário) da Inspetoria da Fazenda de seu domicílio fiscal; ou

II - ao Diretor da Procuradoria Fiscal quando se tratar de débitos inscritos em dívida ativa.

Parágrafo único. Deverão ser anexados ao requerimento referido no “*caput*” deste artigo, os seguintes documentos:

I - levantamento de débito existente quando se tratar de débito que não tenha sido objeto de denúncia espontânea ou autuação fiscal;

II - relação dos autos de infração ou das denúncias espontâneas, com os respectivos valores;

III - demonstrativo da receita bruta de estabelecimento, expressa em cruzados novos, até o mês anterior ao da protocolização do pedido.

Art. 2º Para efeito de enquadramento do contribuinte nas disposições do Decreto nº 2.881/89, a receita bruta a ser considerada, proporcionalmente aos meses do exercício de 1989, será:

I - em se tratando de microempresas:

a) NCz\$ 444.711,34 para os pedidos protocolizados no mês de outubro (receita acumulada até setembro);

b) NCz\$ 494.123,70 para os pedidos protocolizados no mês de novembro de 1989 (receita acumulada até outubro);

c) NCz\$ 543.536,07 para os pedidos protocolizados no mês de dezembro de 1989 (receita acumulada até novembro);

d) NCz\$ 592.948,46 para os pedidos protocolizados no mês de janeiro de 1990

(receita acumulada do exercício de 1989);

II - em se tratando de pequenas empresas:

a) NCz\$ 1.111.778,28 para os pedidos protocolizados no mês de outubro (receita acumulada até setembro);

b) NCz\$ 1.235.309,20 para os pedidos protocolizados no mês de novembro de 1989 (receita acumulada até outubro);

c) NCz\$ 1.358.840,12 para os pedidos protocolizados no mês de dezembro de 1989 (receita acumulada até novembro);

d) NCz\$ 1.482.371,15 para os pedidos protocolizados no mês de janeiro de 1990 (receita acumulada do exercício de 1989).

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, a receita a ser considerada será a de cada estabelecimento, tomado isoladamente, conforme o art. 27 do Regulamento do ICMS.

Art. 3º Restringe-se unicamente aos fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 1989, a dispensa da correção monetária prevista no multicitado Decreto.

Art. 4º Protocolizado o pedido, a Inspetoria da Fazenda ou a Procuradoria Fiscal, conforme o caso, expedirá para pagamento do débito, DAE Mod-2, que conterà, além da identificação do contribuinte, além dos seguintes dados:

I - especificação da receita: "ICM-Anistia art. 36 Disp. Transitória";

II - código da receita: "0814"

III - indicação dos autos de infração ou denúncias espontâneas ou períodos a que se refere o pagamento.

IV - tratando-se de débito em cobrança de dívida ativa, indicar essa circunstância.

Art. 5º O pagamento do débito deverá ser efetivado no dia útil imediatamente subsequente ao da expedição do DAE pela repartição fazendária.

Art. 6º Em qualquer hipótese o pagamento integral do débito, sem correção monetária, deverá ser efetivado até o dia 03 de janeiro de 1990.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, em 30 de Outubro de 1989.

RUBENS VAZ DA COSTA
Secretário